

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v17i33.19755>

DE REGIÃO A TERRITÓRIO: UM MOVIMENTO DE DEMARCAÇÃO (IN)VISÍVEL, BAHIA, NORDESTE DO BRASIL

Rafael Sancho Carvalho da Silva

Universidade Federal do Oeste da Bahia

E-mail: rafael.silva@ufob.edu.br**Lina Maria Brandão de Aras**

Universidade Federal da Bahia

E-mail: laras@ufba.br

Resumo

Os processos de regionalização são resultados de transformações históricas e envolvem uma série de motivações que atravessam elementos políticos, sociais, ambientais, culturais e econômicos. Desse modo, propomos, no presente texto, uma análise dos processos de regionalização do território baiano em diferentes momentos históricos problematizando as noções de região e território como categorias de análise e de uso da História.

Palavras-chave: Território. Bahia. Sertão.

FROM REGION TO TERRITORY: AN (IN)VISIBLE DEMARCATION MOVEMENT, BAHIA, NORTHEAST BRAZIL

Abstract

Regionalization processes are the result of historical transformations and involve a series of motivations that cut across political, social, environmental, cultural and economic elements. Therefore, we propose, in this text, an analysis of the processes of regionalization of the Bahian territory at different historical moments, problematizing the notions of region and territory as categories of analysis and use of History.

Keywords: Territory. Bahia. Sertão.

Os processos de regionalização são resultados de transformações históricas e envolvem uma série de motivações que atravessam elementos políticos, sociais, ambientais, culturais e econômicos. Desse modo, propomos, no presente texto, uma análise dos processos de regionalização do território baiano em diferentes momentos históricos problematizando as noções de região e território como categorias de análise e de uso da História.

O movimento de interiorização e as transformações econômicas produziram diferentes regionalizações dentro do território baiano. Uma das formas de estabelecer a diferenciação e delimitação do território foi a partir da definição do que era sertão, para além das questões apresentadas anteriormente na história e historiografia, a exemplo daquela muito conhecida de Antonil (2011).

Socorro Ferraz e Bartira Barbosa explicaram que a noção de sertão estaria associada com o interior:

Os colonizadores usaram o termo sertão no sentido de nomear terras agrestes, longe de aglomerados urbanos. Nem sempre são lugares muito distantes dos núcleos de povoamento, mas devem lembrar um lugar do interior, pouco povoado. O nome sertão traz em si uma ideia, contraditória àquela de litoral. (Ferraz, Barbosa, 2015, p. 35)

A regionalização, portanto, é estabelecida com bases no entendimento do recorte espacial a partir de critérios diversos e determinados historicamente, incluindo aí relações de poderes que podem vir a influenciar as instituições nas delimitações regionais. Desse modo, podemos considerar que todo processo de regionalização é situado em um tempo histórico e que a constituição dos recortes e referenciais são estabelecidos pelas camadas dirigentes que analisam o território conforme suas expectativas de uso e apropriação para os fins diversos como econômico, político ou militar.

Assim, não podemos deixar de apontar a região natural que leva em consideração a base física e suas paisagens como uma forma de regionalização, mas, ainda assim, ela é uma determinação humana a partir da percepção de características diversas da natureza como bioma, hidrografia, clima etc.

A região natural por vezes era utilizada como recorte regional, porém ela é insuficiente se isolarmos da inserção humana, uma vez que não só a regionalização é definida pela interpretação antrópica, como pelo fato deste ser um elemento interventor nas paisagens. Seu

uso está muito atrelado nas análises territoriais para fins econômicos que visam explorar os recursos naturais seja pelo extrativismo ou pela alteração da paisagem provocada pela agricultura, pecuária ou mineração.

Conforme alertado por Rafael Sancho Carvalho da Silva, “(...) para uma pesquisa em História através de uma noção de região natural é um equívoco por minimizar as construções sociais, políticas e culturais do recorte espacial estudado (...)”.(2021, p. 31). Inclusive, Janaina Amado explicou, ainda, que a aproximação dos historiadores com a questão regional ocorreu quando os geógrafos passaram a repensar o conceito de “região” passando a considerar a interferência humana como elemento constituinte da regionalização (Amado, 1990, p. 08). Voltando a Janaina Amado o conceito de Região estaria atrelado com a necessidade de estudo e ordenamento das “diferenças contestadas no espaço terrestre.” (1990, p. 10).

A base física continua sendo uma referência, porém ela é apreendida pela História Regional a partir do “(...) significado elaborado por diferentes grupos sociais para suas relações com o uso do espaço/território/região (...) através das relações de poder e dos diversos tipos de construções humanas: econômico, social, política, cultural entre outras.” (Silva, 2021, p. 31).

O conceito de Região, portanto, está atrelado com as manifestações de poder, sendo a sua divisão como parte das lutas pela posse do espaço, conforme explicado por Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011, p. 36). Dessa forma, a análise dos recortes regionais precisa levar em consideração a conjuntura política que moldou a regionalização a partir das forças político-sociais estabelecidas num dado momento histórico.

A partir do exposto é que podemos começar a analisar o sertão enquanto uma categoria espacial elaborada pelo Império português que gerava um processo de regionalização do território da colônia diferenciando as zonas ocupadas do litoral e do interior (Silva, Aras, 2020, p. 202; Silva, 2021). Esta divisão está longe de ser uma mera separação territorial, afinal ela também carrega em si concepções de espaço e povoamento.

Nesse sentido, o sertão ao longo do processo de implantação da estrutura colonial foi sendo interpretado como a área distante do litoral e, conseqüentemente, dos centros de decisões políticas, da mesma forma que também foi visto como uma zona de escasso povoamento no sentido eurocêntrico no qual apontava os povos indígenas como obstáculos para a efetiva ocupação espacial lusitana. Essa diferenciação é o primeiro processo de regionalização e que, *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 17, n. 33, jul. - dez. 2023*
ISSN: 1982 -193X

posteriormente, o Brasil, após a independência, herdará e manterá durante muito tempo, exigindo dos historiadores estudos que possam contribuir para definições e redefinições para otimizar o entendimento do que possa ser considerada uma região.

Cândido da Costa e Silva explica que, ao longo do processo de colonização, o recorte espacial do que era o sertão baiano foi sendo alterado na medida em que o território era ocupado. Segundo Silva, “Nos primórdios, para pisar o sertão era o bastante deixar a cidade.” (2000, p. 48). Porém, a noção de Recôncavo foi, também, sendo ampliada ao tempo que a economia exportadora da cana de açúcar se consolidava nesta região:

O processo colonizador mais concentrado e contínuo, a cana de açúcar da economia exportadora, ampliaram o espaço do recôncavo e estreitaram à cidade os seus núcleos florescentes, fazendo recuar o sertão. Até mesmo baía afora, rumo ao sul, o fácil caminho do mar, o domínio mais antigo e seguro dessa costa, varrida de seus naturais habitantes integraram mais e mais ao circuito desse intercâmbio, a faixa que corre até a baía de Camamu, incorporando-a ao Recôncavo, em evidente subversão geográfica (Silva, 2000, p. 48).

O sertão, portanto, foi constituído de modo fluido como interior do território colonial e como oposição ao litoral. Dessa maneira, podemos perceber que sua construção está o tempo todo feita a partir do jogo de oposição formando o binômio litoral-sertão que também será associado com outros binômios como povoado-deserto e civilizado-bárbaro. É importante ressaltar que os critérios relacionados à ocupação humana estavam atrelados aos agentes da colonização e àqueles povos submetidos ao julgo colonizador.

A pluralidade do sertão foi elaborada por uma diversidade de denominações para os referenciais espaciais da ocupação do interior baiano ao longo da história como Sertão dos Tocós, Sertão de Rio de Contas, Sertão do Jequitinhonha, Sertão do Rio São Francisco, Sertão de Canudos, Sertão da Ressaca, Sertão de Cima, Sertão de Baixo, Alto Sertão, dentre outros (Silva, Aras, 2020) (Silva, 2021). Esses são algumas das denominações que identificamos e que demonstram diferentes formas de percepção espacial. O Sertão de Cima e o Sertão de Baixo estão relacionados com a distância para Salvador (Silva, Aras, 2020).

Como já exposto, na medida em que o Recôncavo baiano foi sendo forjado como importante zona canavieira, fumageira e de passagem, a ideia de sertão foi cada vez mais se afastando do litoral baiano e, conseqüentemente, de Salvador ao ponto desses dois referenciais representarem a fração mais próxima do Recôncavo – Sertão de Baixo – e a fração mais ao

interior do território baiano – Sertão de Cima. Ainda assim, o litoral poderia ser associado com o sertão por estar relativamente distante de Salvador, conforme explicou Cândido da Costa e Silva:

Acuda em exemplo, o inserir no sertão de baixo as freguesias de Santo Amaro do Ipitanga, do Divino Espírito Santo da Vila de Abrantes e de S. Pedro do Assú da Torre, listadas pelo Cônego Antonio Borges Leal, atendendo em 1798 ao Conselho Ultramarino, quando são litorâneas e próximas à cidade (2000, p. 48).

Vale destacar que a análise de Cândido da Costa e Silva é acerca da construção de uma geografia diocesana na Bahia. A Igreja na Bahia, portanto, esteve “(...) ancorada em larga escala, na urbe e em seu Recôncavo” (Silva, 2000, p. 48).

O avanço diocesano para o interior baiano ocorreu com mais fôlego a partir do século XVIII, impulsionado pela exploração econômica e pela política missionária. Desse modo, o Sertão de Cima que passou a atrair levas de indivíduos na gana pelo metal precioso e terminou forçando a interiorização das freguesias com seus párocos para administrar as almas que se aventuravam nas terras sertanejas (Silva, 2000, p. 56).

Outra denominação que leva em consideração a profundidade de sua localização na Bahia comparado com a distância para as principais zonas ocupadas e marginais à capital é o Alto Sertão. De acordo com Erivaldo Fagundes Neves, os chamados “altos sertões” estariam identificados com “(...) as zonas semiáridas do interior nordestino.” (2005, p. 20). Além disso, os filólogos atestaram que seu significado estaria relacionado com “(...) interior distante, região agreste, despovoada, lugar recôndito” (*ibid.*).

Segundo Erivaldo Neves, a denominação do Alto Sertão da Bahia possuiria antecedentes no século XVI e estaria relacionado com a conquista dos territórios dos povos indígenas e atribuído com o curso superior do rio São Francisco:

Também a denominação de “Alto Sertão da Bahia” tem antecedentes remotos, talvez do século XVI, quando Antônio Guedes de Brito conquistou esse território de povos indígenas. Além dessa herança histórico-linguística, este topônimo regional pode ser atribuído à hidrografia, se levado em consideração o curso superior do rio São Francisco na Bahia e a topografia baiana, que ali projeta suas maiores altitudes, nas culminâncias do Nordeste do Brasil, dos picos do Barbado, com 2.033 metros, Itobira, 1.970 e das Almas, 1.958; todos na serra das Almas e suas ramificações (Neves, 2005, p. 20).

O Alto Sertão da Bahia, conforme explicado por Erivaldo Fagundes Neves, teve o seu povoamento e ocupação econômica incrementada no século XVIII a partir da pecuária e da policultura que atendiam ao abastecimento regional e, por vezes, para outras regiões (Neves, 2005). Entre os produtos da policultura estavam as lavouras de milho, feijão, arroz, mandioca e algodão:

A economia firmou-se como pecuarista e policultora (consórcios de algodão, milho e feijão, com pequenas monoculturas de cana, arroz, mandioca e destaque da cotonicultura), desde o início do povoamento, em princípios do século XVIII, quando se expandiram as fazendas de gado das margens do São Francisco para seus afluentes e tributários e se intensificou, a partir da segunda década desse século, com a mineração aurífera na serra do Tromba, nascentes dos rios Paramirim e de Contas (p. 23).

Antonio Fernando Guerreiro de Freitas apresentou o conceito de “catado” ou “economia do catado” que seria uma definição proposta pela própria população sanfranciscana. O termo “catado” representaria a falta de especialização agrícola e a diversidade produtiva que envolviam a agricultura, pecuária, extrativismo e a pesca:

Toda essa população vivendo, enfim, em torno do que eles próprios definiam como o “catado”, no caso, o oposto da especialização: uma multiplicidade de produtos agrícolas, uma pecuária de pequeno porte e seus derivados, além da atividade extrativa, com destaque para a exploração da cera de carnaúba. Claro, sem esquecer tudo o que pescavam nos rios, sendo que, em várias localidades, o beneficiamento (salga de peixes) era uma atividade sempre presente (Freitas, 1999a, p. 63).

Seja a distância, produção econômica, presença indígena, episódios históricos ou formação geográfica cada denominação evidencia um modo pela qual o procedimento de regionalização foi executado. Isso será muito válido para pensarmos, posteriormente, nos chamados Territórios de Identidade.

Entre os episódios históricos que produziram um tipo de regionalização está a Guerra de Canudos, 1896-1897 (Silva, Aras, 2020, p. 202). Duas denominações são atribuídas: Sertão de Canudos e Sertão do Conselheiro. Ambos os termos são sinônimos por se tratar de um território implicado na guerra de Canudos durante os primeiros anos da República brasileira. Encontramos o termo Sertão de Canudos na dissertação de Wálney da Costa Oliveira (2000) que se atentou em apresentar uma definição espacial de modo dialético no qual os sujeitos históricos envolvidos promoviam várias transformações técnicas, culturais, sociais e

ambientais ao mesmo tempo em que passavam por próprias transformações dentro da coletividade estabelecida no arraial de Canudos.

Mônica Dantas chama atenção para a expressão “sertão do Conselheiro” que José Calasans teria utilizado para definir uma “vasta área que englobava de Inhambupe, Itapicuru até Monte Santo, passando por regiões do Sergipe.” (Dantas, 2011, p. 316). Nesse caso, fica mais explícito a experiência sócio-histórica relacionada com a Guerra de Canudos e, mais precisamente, com a figura do líder Antônio Conselheiro.

Segundo Calasans, esta região era povoada por pessoas em estado de pobreza extrema que viviam da pecuária de caprinos e pequenas produções como rapadura e farinha da mandioca:

O sertão do Conselheiro era habitado por populações que quase nada possuíam para exportar, vivendo da carne de bode, do couro de bode, da rapadura, da farinha de mandioca, de boizinhos, quase de barro, que pastavam em terrenos também pobres. Zona tão miserável que viveu muitos anos das benemerências do pobre Antonio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios, abridor de tanques d'água, únicas obras de caráter público que aquele adusto sertão podia ambicionar (Calasans, 1995, p. 05).

Além das experiências históricas como fatores de delimitação regional, temos também os acidentes geográficos como é o caso do Sertão da Ressaca. Antonio Fernando Guerreiro de Freitas e Maria Hilda Baqueiro Paraíso apresentaram o recorte do Sertão da Ressaca sendo a região entre os rios de Conta e Pardo (Freitas, Paraíso, 2001, p. 40). A partir das informações de Ruy Hermann Medeiros, Renata Ferreira Oliveira explicou que “o nome “sertão da Ressaca” pode ser derivado tanto do fenômeno de invasão das águas dos rios sobre o sertão, semelhante ao fenômeno marinho, como da palavra “ressaço”, que corresponde à funda baía de mato baixo circundada por serras” (2020, p. 47)¹.

Assim como outros sertões, o confronto entre europeus e povos originários fez parte da constituição espacial dessa região. Renata Ferreira Oliveira explicou que a ocupação dos agentes colonizadores no sertão da Ressaca remonta ao século XVIII sendo que a área que veio a ser o “Arraial da Conquista” foi ocupada pelo sertanista João Gonçalves da Costa e pelo Mestre de Campo João da Silva Guimarães:

¹ Maria Aparecida Silva de Sousa (2001) também utilizou Ruy Medeiros como referência para explicar que a expressão “Ressaca” estaria relacionada com a configuração espacial conforme explicado por Oliveira (2020). (Sousa, 2001) (Silva, 2021, p. 57).

A “pacificação” e o povoamento do território que se chamaria “Arraial da Conquista” são atribuídos aos sertanistas João Gonçalves da Costa e ao Mestre de Campo João da Silva Guimarães, líder da expedição responsável pela ocupação territorial do sertão iniciada em meados do século XVIII. A ocupação das terras e a consequente formação do Arraial da Conquista efetivaram-se logo após o domínio sobre os índios, com uma economia pautada principalmente na pecuária (Oliveira, 2020, p. 37).

A formação dos sertões, portanto, está relacionada com o conflito entre os agentes da colonização portuguesa e os povos originários. Segundo Márcio Roberto Alves Santos, o processo de interiorização dos domínios portugueses durante o período colonial significou um conflito de noções de territorialidade entre europeus e indígenas. Inclusive, Santos alertou que a noção contemporânea de territorialidade seria anacrônica se aplicada aos povos originários no período colonial e que para ele, este conceito teria um sentido muito mais filosófico e político para as diversas etnias de modo distinto à contemporaneidade (Santos, 2017, p. 57).

A ocupação e distribuição territorial indígena terminou sendo elemento definidor da toponímia e, conseqüentemente, da regionalização colonial, porém sempre estabelecido pelo colonizador. A regionalização a partir da presença indígena marcou a toponímia de vários sertões como foi o caso do sertão dos Maracás ou Marakás. Segundo Edelvito Nascimento, Ivana Karoline Machado e Washington Nascimento, o território do sertão dos Marakás estava

[...] localizado entre a margem direita do Rio Paraguaçu e a margem esquerda do Rio de Contas, delimitado a oeste pela Chapada Diamantina [...] e a leste pelo território de domínio tupinambá [...]. Do centro até o leste deste território, encontra-se o vale do rio Jiquiriçá, cuja nascente situa-se na sede do município de Maracás (2021, p. 108).

O nome deste sertão estava relacionado com a presença de indígenas identificados como Marakás, contudo essa identificação seria exógena ainda que posteriormente ao movimento de interiorização da colonização tenha sido adotada por eles (Nascimento; Machado; Nascimento, 2021, p. 112). O sertão, portanto, foi sendo configurado e regionalizado a partir do processo de conquista e, assim, a denominação regional estaria relacionada com o conhecimento português do território baiano e dos povos ali distribuídos.

Outros povos indígenas se tornaram referência do processo de regionalização dos sertões baiano como no caso do Sertão dos Tocós que no século XVII era a denominação de uma sesmaria concedida à Maria Guedes, mãe de Antônio Guedes de Brito (Neves, 2008, p. 67). Segundo Ana Paula Carvalho Trabuco Camelier, os Tocós teriam fugido do litoral para o

interior após serem expulsos pelos portugueses e ocuparam uma região que atualmente é composta por municípios como Serrinha, Tucano, Araci, entre outros:

A fazenda da Serrinha fazia parte da região denominada “Sertão dos Tocós”, cujo nome identificava o grupo de indígenas que fugiram do litoral para o interior da Bahia, pois teriam sido expulsos pelos colonos nos arredores de Salvador para que o território povoado por eles fosse ocupado com plantações de algodão, cana-de-açúcar e mandioca. A região abrangia também os atuais municípios de Tucano, Araci, Queimadas, Conceição do Coité e Riachão do Jacuípe (Camelier, 2022, p. 27).

A pesquisa de Aleí dos Santos Lima (2016) informou outra denominação para o mesmo território que é o Sertão do Território Sisaleiro. É importante ressaltar que seu estudo possui como recorte cronológico o final do século XX e o início do século XXI. Nota-se que a regionalização mais recente promoveu um apagamento da presença dos povos indígenas em favor de uma denominação cuja referência está relacionada com o aproveitamento econômico mais recente. Esse tipo de mudança pode ser notado com o sertão do rio São Francisco.

Assim como o nome do rio São Francisco que era chamado, pelos falantes do tupi, de Opará, o Sertão do São Francisco também é resultado do processo de apagamento dos povos indígenas (Hohenthal Júnior, 1960, p. 37 – 38). Jacionira Coêlho Silva (2003) explicou que até meados do século XVIII o sertão do rio São Francisco era chamado de Sertão dos Rodelas e que a mudança de denominação representa o apagamento histórico dos povos indígenas:

Sertão do Rodelas, das Rodelas, do Rodela, de Rodelas ou dos Rodelas, ou ainda Freguesia de Rodelas após o vicariato, foi como a região do médio São Francisco, inicialmente, depois metade do Nordeste, ficou conhecida até metade do século XVIII. Aos poucos as diversas grafias foram sendo reduzidas a sertão de Rodelas, em um processo de anulação da presença desses nativos na região (Silva, 2003, p. 88).

O sertão do rio São Francisco também é uma regionalização que abarca o Alto Sertão da Bahia e o Sertão de Cima. A margem esquerda na atualidade é chamada de Oeste da Bahia que, segundo José de Sousa Sobrinho, é uma mesorregião “(...) formada por 24 municípios, localizada na margem esquerda do rio São Francisco, no seu médio vale. Ao sul limita-se com o Estado de Minas Gerais; a oeste, com os Estados de Goiás e Tocantins; ao norte, com o Estado do Piauí e, a leste, com o rio São Francisco.” (Sousa Sobrinho, 2021, p. 24).

É importante ressaltar, baseando em Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, que o Oeste da Bahia enquanto uma regionalização só passa a ter sentido a partir da segunda metade do

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 17, n. 33, jul. - dez. 2023
ISSN: 1982 -193X

século XX e que antes ela não se sustentava historicamente (Freitas, 1999b, p. 92). O termo Oeste da Bahia é parte de um processo de regionalização contemporâneo e que envolve a instalação de um complexo agroindustrial no território ocidental do rio São Francisco baiano.

A expressão “Sertão do Rio São Francisco” passou a ser mais utilizada a partir do século XVIII. O território foi ocupado com o avanço da pecuária e com o processo de luta contra os povos indígenas. A mudança de denominação do Sertão dos Tocós e do Sertão do Rio São Francisco são dois exemplos de como os povos indígenas foram deixando de ser referenciais na medida em que uma perspectiva de estado conduzido por uma elite branca se consolidava politicamente, socialmente e pela produção agrária (Silva, 2021).

De acordo com Jaciônira Coêlho Silva meados do século XVIII boa parte do sertão pernambucano e do que chamamos hoje de Sertão do rio São Francisco era chamado de Sertão do Rodelas. No entanto, as transformações da configuração regional a partir da ocupação do colonizador terminaram por ir alterando aos poucos a referência gerando um processo de apagamento da memória dos povos originários com a mudança do nome para Sertão do rio São Francisco ou sertão do rio de São Francisco (Silva, 2003, p. 88). A mudança do nome evidencia não só o triunfo colonizador como também a organização territorial a partir de novas regionalizações constituídas pelo processo de interiorização dos agentes colonizadores europeus.

É importante frisar que o sertão é uma construção de referência espacial produzida pela colonização portuguesa e que foi herdada pelo Brasil após a independência. A ideia de sertão não está relacionada com o bioma ou características climáticas, mas sim com o processo de interiorização lusitano e a consolidação de áreas exploradas por colonos que após a independência foi reforçado com os binômios litoral-sertão, civilizado-bárbaro, progresso-atraso (Mattos, 2004; Silva, 2021).

Nesse sentido, o sertão sempre foi visto como uma zona de fronteira entre diferentes mundos sendo um deles consolidado nas bases de uma noção civilizatória de matriz europeia e, o outro, a ser adestrado dentro de tal matriz para colaborar com o progresso econômico e civilizacional do país.

A noção de fronteira debatida por José de Souza Martins pode ser utilizada para analisarmos o sertão enquanto constituição espacial que separa o que era definido como civilizado ou

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 17, n. 33, jul. - dez. 2023
ISSN: 1982 -193X

bárbaro. Martins aborda a fronteira como “ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos” (Martins, 2019, p. 10). Dessa forma, o sertão representaria, portanto, uma fronteira seja ela político-administrativa, cultural, étnica e civilizacional.

Entendendo, então, os recortes espaciais como parte do processo histórico, é preciso cuidado com as pesquisas historiográficas que estabelecem delimitações regionais com base nos referenciais contemporâneos para o olhar sobre o passado. Este é o caso dos Territórios de Identidade que foi uma regionalização “adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) através da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, quando lançou o Plano Plurianual 2008-2011, e contava à época com 26 Territórios de Identidade que abarcavam os 417 municípios.” (SEI, S/D).

Os trabalhos de identificação dos territórios foram iniciados em 2003 numa articulação entre governo do Estado da Bahia e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Fornazier, Perafán, 2018, p. 19). Com isso, os Territórios de Identidade serviram como estratégias para ouvir as demandas da sociedade civil e estabelecer encaminhamentos para implementação de políticas públicas (SEI, S/D).

Atualmente são 27 territórios de identidade: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Vale do Jiquiriçá, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Sudoeste Baiano, Recôncavo, Médio Rio de Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Metropolitano de Salvador e Costa do Descobrimento.

O processo de regionalização apontou novos recortes como, por exemplo, o Sertão do São Francisco que anteriormente associamos com o trecho do Médio São Francisco e atualmente envolve as seguintes cidades: “Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá.” (SECULT-BA, S/D). Sendo que desses municípios destaca-se Uauá e Canudos que têm sua identidade mais marcada pela Guerra de Canudos do que pelo Rio São Francisco. Como já exposto, o supracitado conflito já foi apresentado tanto como “Sertão de Canudos” quanto “Sertão do Conselheiro”.

O processo de elaboração dos Territórios de Identidade carece de um estudo historiográfico para melhor analisarmos historicamente os seus efeitos políticos e sociais. Porém, enquanto regionalização, ela está relacionada com políticas públicas contemporâneas. Para a delimitação espacial em estudos de História Regional ela só faz melhor sentido se levarmos em consideração um recorte cronológico mais recente do atual presente histórico.

Assim, acompanhamos o alerta feito por Antonio Fernando Guerreiro de Freitas (1999b), e já citado anteriormente, sobre o Oeste da Bahia que é um recorte que se sustenta historicamente a partir de meados do século XX, devendo ser observado nas tentativas de delimitar as regiões até esse momento, quando há um movimento econômico que atinge essa região e a redefine a partir do agronegócio.

Segundo Maria Aparecida Brito Oliveira, o termo “Oeste da Bahia” representou a mudança de planos para o território que anteriormente já foi chamado de Sertão do São Francisco ou Além São Francisco e que se tornara parte dos projetos de avanço da fronteira agrícola liderada pelo processo de industrialização do campo perpetrada pelo agronegócio:

Baseando-se nos argumentos apresentados, este Além São Francisco, que antes fora, o grande sertão dos fundos territoriais, torna-se o espaço da grande produção agrícola estadual, agora com denominação de “Oeste da Bahia”. A nova adjetivação apresenta-se como possibilidade de investimento e sinônimo de crescimento econômico, o que representou a inserção destas antigas porções que funcionaram como estoque territorial. A partir deste período, a área que conformava os antigos sertões é franciscana é inserida na dinâmica econômica nacional se tornando agora “territórios usados” com a exploração dos recursos naturais e econômicos (Oliveira, 2015, p. 144 – 145).

É preciso, portanto, considerar a historicidade do processo de regionalização para que ele possa ser estudado sem os riscos do anacronismo e para que a região estudada possa fazer sentido dentro do recorte cronológico da pesquisa. No caso dos territórios de identidade, sua função está relacionada, como exposto, à administração do Estado sobre seu território, bem como a implementação de políticas públicas.

Por fim, é importante ressaltar o cuidado metodológico com as formas de referenciar o espaço dentro do contexto histórico de sua construção. O processo de regionalização do interior baiano indica o movimento de ocupação e exploração econômica junto com o apagamento dos referenciais dos povos indígenas. Tal apagamento pode ser notado a partir de diferentes elementos: a mudança do nome dos lugares, a ocupação territorial a partir do

confronto entre europeus e povos originários e a consolidação de novas formas de exploração econômica do território baiano.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

AMADO, Janaína. História e Região: Reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da (Coord.). **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 08, nº 15, 1995.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

CALASANS, José. O séquito de Antonio Conselheiro. **Revista FAEEBA**, nº especial (Canudos), 2ª. ed., jan / jun, 1995. Disponível em <<http://josecalasans.com/downloads/artigos/39.pdf>>, acesso em 31 ago 2023.

CAMELIER, Ana Paula Carvalho Trabuco. **Escravidão e liberdade no sertão dos Tocós: cotidiano, alforrias e família entre escravizados em Serrinha – Bahia (1868 – 1888)**. Salvador: Sagga, 2022.

DANTAS, Mônica Duarte. O “sertão do Conselheiro”: dinâmica social e transformações econômicas na comarca de Itapicuru (século XIX). In.: NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural**. Salvador: Editora Arcádia, 2011.

FERRAZ, Socorro; BARBOSA, Bartira Ferraz. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: Editora UFPE, 2015.

- FORNAZIER, Armando; PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia. Os arranjos das políticas territoriais no Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 14, n. 5, p. 17-30, set-dez/2018, Taubaté.
- FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural (primeira parte). **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 181, maio/jun.1999. (a)
- FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: Formação histórico-cultural. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 182, p. 85-102, jul./ago. 1999. (b)
- FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534 - 1940**. Ilhéus: Editus, 2001.
- HOENTHAL JR., W. D. As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, Vol. XII, p. 37 – 71, 1960.
- LIMA, Aleí dos Santos. **Saravá pra quem é de saravá: a umbanda no sertão sisaleiro da Bahia (1985 – 2016)**. 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas – Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus - BA, 2016.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2019.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial**. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- NASCIMENTO, Edelvito; MACHADO, Ivana Karoline; NASCIMENTO, Washington. Os Maraká: história, etnogênese e cultura no sertão de Maracás. In.: NASCIMENTO, Washington. **Antônia Onça e o mestre de amansar brancos: trajetórias e saberes indígenas e africanos no sertão da Bahia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: alto sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio** – um estudo de história regional e local. Salvador; Feira de Santana: EDUFBA; UEFS Editora, 2008.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. **Do sertão são franciscano ao oeste na Bahia: uma análise da trajetória de políticas do estado no processo de formação territorial (1889-2014)**. 2015. 262 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2015.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. **Índios paneiros do planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais**. Salvador: Editora Sagga, 2020.

OLIVEIRA, Wálney da Costa. **“Sertão virado do avesso”**. A República na região de Canudos. 2000. 225 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2000.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Rios e fronteiras: conquista e ocupação do sertão baiano**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2017.

SECULTBA. **Divisão Territorial da Bahia**. S/D, Disponível em <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314> . Acesso em 28 ago 2023.

SEI. **Cartografia Temática – Regionalizações – Territórios de Identidade – Apresentação.**, S/D. Disponível em https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2650&Itemid=657&lang=pt#:~:text=A%20Regionaliza%C3%A7%C3%A3o%20Territ%C3%B3rios%20de%20Identidade,que%20abarcavam%20os%20417%20munic%C3%ADpios , acesso em 28 ago 2023.

SILVA, Jacionira Coêlho. **Arqueologia no médio São Francisco**. Indígenas, vaqueiros e missionários. 2003. 460 f. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, Cândido da Costa e. **Segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia**. Salvador: SCT/EDUFBA, 2000.

SILVA, Rafael Sancho Carvalho da Silva. **O “Grande Sertão” do Império**: tensões políticas e sociais nos sertões do rio São Francisco (1827 – 1889). 2021. Orientadora: Lina Maria Brandão de Aras. 311 f. il. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SILVA, Rafael Sancho Carvalho da; ARAS, Lina Maria Brandão de. O sertão do Rio São Francisco: caracterização e definição para um estudo do Brasil oitocentista. **Revista Nordestina de História do Brasil**, Cachoeira, v. 2, n. 4, p. 197-220, jan./jun. 2020

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da (Coord.). **República em Migalhas**: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SOUSA, Maria Aparecida da Silva de. **A conquista do sertão da ressaca**: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

SOUSA SOBRINHO, José de. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia**: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra. 2012. 436 f. Tese (doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Recebido em 2023-10-04

Aprovado em 2023-12-21

Publicado em 2023- 12 - 30